

Aprendizagem ao longo da vida e ensino superior: novos públicos, novas oportunidades?*

Mariana Gaio Alves
(DCSA, UIED), FCT-UNL
Ana Luísa Oliveira Pires
(ESE,/ IPS, UIED), FCT-UNL

INTRODUÇÃO

A Educação tem sido, desde a emergência e desenvolvimento dos Sistemas Educativos, objecto de grandes expectativas e investimentos por parte quer dos indivíduos isoladamente considerados, quer das Sociedades e Estados enquanto entidades colectivas. Da Educação se espera a promoção da igualdade de oportunidades, do crescimento económico, do desenvolvimento humano, do progresso, da cidadania, da empregabilidade, da qualidade da vida, etc.

Os sistemas educativos europeus emergiram durante o século XIX no contexto das sociedades modernas e têm vindo a crescer e a consolidar-se, sendo que se tornam progressivamente maiores os públicos que frequentam os sistemas educativos até aos seus níveis de escolaridade mais elevados como é o caso do ensino superior.

Na actualidade, as grandes transformações ocorridas desde a década de 1970 fizeram com que as sociedades modernas dessem lugar às “sociedades de risco” (Beck, 1992) ou às sociedades de “modernidade reflexiva” (Giddens, Beck e Lasch, 2000). Neste contexto a importância da Educação nos modelos de desenvolvimento económico, social e humano não diminuiu mas antes se encontra reforçada, através de orientações políticas que sublinham a importância da Aprendizagem ao Longo da Vida nas sociedades contemporâneas. A centralidade da ALV nas políticas educativas actuais é objecto de grandes debates, designadamente em organismos internacionais como a UNESCO e a OCDE, e traduz-se num reforço da importância conferida ao sector educativo que não se restringe aos respectivos sistemas formais de Educação e Formação mas que provoca o seu crescimento.

Neste quadro também o sub-sistema ensino superior tem vindo a crescer progressivamente assumindo centralidade nos percursos de vida de um número

* Texto da Comunicação Apresentada na Conferência Internacional de Sociologia da Educação João Pessoa, Fevereiro 2008

cada vez maior de indivíduos e também nas estratégias de desenvolvimento das Sociedades, dos Estados e dos organismos Internacionais e Supra-nacionais (como é o caso da União Europeia).

Deste modo, nesta comunicação pretendemos analisar o caso do ensino superior Português e, designadamente, o modo como nos anos mais recentes o mesmo tem vindo a evoluir e a dar resposta (ou não) a uma das expectativas que sobre ele é habitual recair e que corresponde à promoção da igualdade de oportunidades. Com efeito, a questão das desigualdades sociais no acesso (e sucesso) aos (nos) sistemas educativos tem tido grande destaque, designadamente em Sociologia da Educação. Como é sabido, a questão das desigualdades escolares, mais precisamente a relação entre origens sociais e escolaridade, ocupou quase toda a Sociologia da Educação nos anos 60 e 70 do século XX sendo ainda hoje objecto de grande atenção neste campo disciplinar. Neste sentido se afirma que “l’interrogation sur les inégalités demeure au centre du projet de la sociologie de l’éducation” (Derouet, 2000, p. 5).

O objectivo desta comunicação é analisar de que modo a expansão do Ensino Superior, num contexto de Aprendizagem ao Longo da Vida, tem correspondido (ou não) à promoção do acesso (e sucesso) de todos os grupos da sociedade portuguesa à Educação. Para tal, recorreremos aos dados empíricos decorrentes de dois projectos de investigação, desenvolvidos em equipa e financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, em que recentemente temos estado envolvidas: o projecto “ Telos II”⁷ centrado no estudo e análise de trajectórias profissionais e de formação de diplomados de ensino superior e o projecto “PEE”⁸ que visa analisar criticamente as políticas educativas actuais a partir de estudos de caso que contemplam diversos níveis de análise.

A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL E AS DESIGUALDADES SOCIAIS ENTRE OS ESTUDANTES DE LICENCIATURA

Ao longo de todo o século XX, mas em especial na segunda metade deste século, o ensino superior registou uma expansão assinalável, quer em termos de número de estudantes quer ao nível do crescimento e diversificação dos estabelecimentos de ensino. Diversos estudos sobre o ensino superior português – centrados sobretudo no caso dos licenciados das universidades (Almeida e Vieira, 2006; Estanque e Nunes, 2003; Machado *et all.*, 2003) mas também considerando

⁷ Este projecto foi desenvolvido entre 2003 e 2006, tendo Teresa Ambrósio como coordenadora científica e Mariana Gaio Alves como coordenadora executiva. Da equipa fizeram também parte Ana Luísa de Oliveira Pires (Unidade de Investigação Educação e Desenvolvimento – FCT/UNL), Margarida Chagas Lopes (Instituto Superior de Economia e Gestão), António Maria Martins (Universidade de Aveiro) e Belmiro Gil Cabrito (Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa).

⁸ Este projecto decorre entre 2007 e 2009 na UIED (Unidade de Investigação Educação e Desenvolvimento) tendo Mariana Gaio Alves como coordenadora e fazendo parte da equipa Ana Luísa de Oliveira Pires, José Manuel Matos, Claudia Neves, Elisabete Gomes, Ana Vicêncio, Clarisse Afonso e Ana Novo.

conjuntamente diplomados das universidades e dos politécnicos (Balsa et. all. 2001) – têm vindo a demonstrar que a expansão quantitativa deste sub-sistema de ensino tem vindo a ser acompanhada por mudanças qualitativas no público que o frequenta.

Com efeito, a expansão traduziu-se numa diversificação dos públicos em termos de origens sociais e educacionais (muitas vezes referenciada como “democratização” do ensino superior), bem como num enorme crescimento dos indivíduos do sexo feminino que frequentam este nível de ensino (habitualmente designado de “feminização” do ensino superior).

Não obstante, é de notar que persistem desigualdades no acesso, frequência e conclusão do ensino superior e que variáveis como o nível educacional da família de origem, o sexo e a origem regional dos indivíduos influem na opção de aceder ao ensino superior e na escolha das áreas disciplinares e/ou instituições a frequentar no seu interior. No plano dos estudos sobre os diplomados e sobre o modo como decorrem as suas trajectórias profissionais e formativas após a conclusão da licenciatura tem também sido possível analisar a forma como diversas variáveis (por exemplo o género, as idades, os percursos académicos mais ou menos bem sucedidos,...) influenciam essas trajectórias, como evidenciámos em investigação anterior (Alves, 2007-a).

Um conjunto de estudos realizados e publicados recentemente e incidindo sobre os estudantes universitários de licenciatura a nível nacional (Machado et al., 2003) ou um outro centrado nos estudantes da Universidade de Lisboa (Almeida e Vieira, 2006) ou ainda um outro que analisa os estudantes da Universidade de Coimbra (Estanque e Nunes, 2003) permitem identificar tendências comuns na caracterização dos públicos estudantis. Este estudos permitem confirmar uma tendência que se vem sentindo desde o início da expansão do ensino superior a qual aponta para uma feminização do público estudantil deste nível de ensino, verificando-se que as mulheres correspondem, em 2005-06, a 55,2% dos inscritos no ensino superior⁹. A distribuição por áreas disciplinares conduz a sublinhar que as inscrições do grupo feminino tendem a privilegiar determinados cursos: no caso da pesquisa realizada a nível nacional (agora mobilizada a partir de uma outra publicação resultante do mesmo projecto) aponta-se que “o processo de feminização do ensino superior apenas está atrasado numa única área: as engenharias. Contrariamente ao que sucede nos restantes grupos científicos, neste as estudantes são minoritárias” (Mauritti, 2003, p.14) No trabalho desenvolvido na Universidade de Lisboa sublinha-se que “em todas as Faculdades da UL as raparigas estão em maioria, neste cenário feminizado há contudo cursos em certos estabelecimentos onde essa sobre representação se destaca pelo seu excesso” (Almeida e Vieira, 2006. p. 45) como sejam Psicologia e Ciências de Educação, Farmácia., Medicina Dentária e Belas Artes referindo-se ainda que a Faculdade de Ciências se destaca por ser frequentada por uma percentagem excepcionalmente elevada de rapazes.

⁹ Fonte: OCES, 2007, Evolução do número de inscritos no ensino superior, por distrito e NUTSII: 1997/98 – 2005/06.

Um outro aspecto em que estes estudos parecem convergir é na constatação de que existem descoincidências entre o perfil da população portuguesa no que respeita às suas pertenças de classe social e o perfil da população estudantil do ensino superior em matéria de origem de classe social. De um modo geral os autores deste estudos sublinham que, apesar da democratização do público estudantil do ensino superior, se vem verificando a persistência de desigualdades a este nível quer considerando globalmente quer analisando por instituições e/ou áreas disciplinares. Ou seja “há, pois, um duplo padrão de recrutamento de classe, o que significa que na universidade se repercutem e jogam dinâmicas de reprodução, mas também de mobilidade social” (Costa, Machado e Almeida, 1990, p. 58). O estudo realizado na Universidade de Lisboa destaca que “os alunos provenientes dos meios mais desfavorecidos fazem a sua entrada no ensino superior através de cursos como os da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação ou Letras. Pelo contrário, os estudantes oriundos dos meios mais favorecidos (do ponto de vista do capital económico) distribuem-se preferencialmente pelos cursos de Farmácia, Direito e Belas Artes, enquanto os que provêm das famílias mais favorecidas do ponto de vista das qualificações académicas se apresentam com uma representação de peso, nos cursos de Medicina e Medicina Dentária” (Almeida e Vieira, 2006, p. 71).

No que respeita à origem regional dos estudantes de licenciatura nota-se uma tendência para as universidades recrutarem a grande maioria dos seus alunos nas zonas geográficas mais próximas, o que significa que apenas limitadamente atraem públicos provenientes de regiões mais distantes. No caso do estudo realizado na Universidade de Coimbra os autores indicam que “os resultados evidenciam uma grande concentração do recrutamento na Região Centro e em particular no concelho e distrito de Coimbra” (Estaque e Nunes, 2003, p 14) e relativamente à Universidade de Lisboa constata-se que “a esmagadora maioria dos seus alunos são provenientes de Portugal e recrutados na área metropolitana de Lisboa” (Almeida e Vieira, 2006, p. 70).

Os resultados do inquérito realizado a nível nacional já referenciado apontam para que “a larga maioria dos estudantes vive ainda com a família nuclear de origem, e que muitos dos que estão deslocados acabam por ter na família a principal base de sustentação, o que por si só é motivo para que, mesmo nesta situação, a casa familiar seja frequentemente representada pelos próprios como o lugar onde se localizam em termos sócio-espaciais” (Mauritti, 2003, p. 27). Também com base neste estudo a nível nacional torna-se possível confirmar que a grande maioria dos estudantes de licenciatura são jovens, na medida em que “a análise por escalões etários realça a grande concentração na faixa etária dos 18 aos 24 anos (87,7% dos estudantes de licenciatura), sendo a média de idades de 22 anos”.

A conjugação destes dois últimos elementos permite reforçar a ideia de que uma grande parte dos estudantes portugueses no ensino superior são jovens que vivem ainda na dependência da sua família de origem, sendo muito reduzido o número daqueles que antes ou durante a frequência do ensino superior vivenciaram qualquer tipo de experiência profissional. Neste domínio a situação portuguesa

contrasta com a tendência que se vem delineando na América do Norte onde cada vez mais se passa para a vida activa enquanto se estuda (Trottier, 2000).

DIVERSIFICAÇÃO DOS PÚBLICOS DO E.S. EM PORTUGAL: O CASO DOS PÓS-GRADUADOS

A expansão do ensino superior tem sido marcada também por uma diversificação da oferta formativa, nomeadamente de diplomas pós-graduados, contribuindo assim para a diversificação dos públicos estudantis. Nas últimas duas décadas, os cursos de mestrado e doutoramento têm registado uma procura crescente entre a população portuguesa, o que, em nosso entender traduz um reforço das dinâmicas de Aprendizagem ao Longo da Vida, neste caso visível no aumento de qualificações pós-graduadas.

Neste ponto da comunicação procuramos evidenciar, a partir dos resultados de um projecto de investigação centrado no estudo das trajectórias pós-graduadas dos públicos de um conjunto de universidades públicas portuguesas, a forma como tem evoluído o perfil desta população. Torna-se notório que a procura de formação pós-graduada parece reforçar as tendências observadas ao nível das licenciaturas: variáveis como o género, idade, e origem regional e social influenciam o acesso ao ensino superior e as escolhas de curso no seu interior.

Os dados que apresentamos têm por base um questionário realizado a mestres e doutores de quatro universidades portuguesas¹⁰, verificando-se que, no momento da inquirição, as habilitações académicas dos sujeitos¹¹ eram as seguintes:

- . com licenciatura e mestrado – 107
- . com licenciatura e doutoramento – 5 sujeitos
- . com licenciatura, mestrado e doutoramento – 33 sujeitos.

Constata-se que um pouco mais de metade são indivíduos do sexo feminino (52,4%) e a maioria dos inquiridos encontra-se na faixa etária dos 35 aos 45 anos de idade (a média encontra-se nos 41 anos). No que diz respeito à origem de classe social constata-se que cerca de metade dos inquiridos são provenientes do grupo

¹⁰ Os dados decorrem de um inquérito por questionário a mestres e doutores aplicado por via postal no ano de 2005 com o objectivo de caracterizar as trajectórias de trabalho e formação desses diplomados. A equipa optou por contribuir para o auto-conhecimento das instituições universitárias em que os investigadores trabalham, tendo sido inquiridos diplomados nas instituições de ensino superior que participaram no projecto (Universidade de Aveiro, a Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Lisboa/Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação e Universidade Técnica de Lisboa/Instituto Superior de Economia e Gestão), nos anos lectivos 1995/1996 e 2000/2001.

¹¹ De um total de 569 diplomados (449 mestres e 120 doutores) que finalizaram os seus cursos de mestrado e doutoramento nos anos lectivos de 1995/6 e 2000/2001 obtivemos um universo de trabalho de 440 sujeitos (343 mestres e 97 doutores) cujos contactos foi possível actualizar e aos quais foi enviado um questionário via postal. Um mês e meio após o primeiro envio foi feita uma insistência através de carta. Este processo, em duas etapas, permitiu obter um total de 145 respostas, correspondendo a 32,95% da população inquirida, o que está dentro dos valores expectáveis para uma inquirição via postal.

“empresários, dirigentes e profissionais liberais” (50,8%), existindo um grupo significativo proveniente de “profissionais técnicos e de enquadramento” (19,4%).

Isto significa que a nível de mestres e doutores encontramos as mesmas tendências encontradas nos estudantes de licenciatura, designadamente para a feminização da população do ensino superior e para a dominância das origens sociais mais favorecidas (em recursos económicos e escolares). Porém, no que respeita à idade, verifica-se que este público tem uma média etária relativamente elevada, o que poderá significar que o retorno ao ensino superior foi feito após um período de tempo relativamente longo (de pelo menos dez anos) de conclusão da licenciatura. É possível que actualmente a média etária dos estudantes de pós-graduação tenha vindo a diminuir, uma vez que face às dificuldades e incertezas sentidas no mercado de emprego, um número crescente de jovens tem vindo a procurar estas formações pouco tempo após a conclusão das licenciaturas.

Esta hipótese é apoiada através dos dados recolhidos neste mesmo projecto, nas entrevistas efectuadas a coordenadores de mestrado. Com efeito, estes entrevistados apontam mudanças significativas no perfil dos públicos de mestrado em termos da sua média etária, o que tem implicações nas motivações/expectativas para a frequência destes cursos. Estas mudanças traduzem-se num público cada vez mais jovem a frequentar mestrados, que se caracteriza por se encontrar em situações profissionais mais precárias e instáveis. Para estes, a procura destes cursos tem um significado distinto daquele que lhes atribuem os indivíduos pertencentes a faixas etárias mais elevadas para os quais o mestrado constitui uma oportunidade para reequacionar um percurso profissional já relativamente longo.

Relativamente às intenções em continuar a aprender no futuro, a grande maioria dos inquiridos respondeu estar interessada (81%), enquanto que uma pequena minoria não está interessada (3%) e 16% não responderam a esta questão. Há diferenças significativas entre homens e mulheres, pois 76,1% dos indivíduos do sexo masculino e 84,6% feminino manifestam interesse em continuar a aprender. Se analisarmos as idades dos respondentes, não encontramos diferenças significativas: dos 25 aos 39 anos de idade, 95,7% respondem afirmativamente a esta questão, sendo o mesmo valor de 98,3% no grupo etário dos 40 aos 54 anos e 93,3% no grupo com mais de 55 anos.

No que diz respeito à origem regional é de notar que, em termos de residência, se destacam os concelhos de Lisboa (20,4% dos inquiridos) e Aveiro (11,3% dos inquiridos) bem como os concelhos vizinhos destes como espaços territoriais onde habitam maior número de pós-graduados. A comparação destes dados com os que se referem aos concelhos de naturalidade permite evidenciar que o concelho de Lisboa se destaca também como espaço territorial de origem (28,2% dos inquiridos) mas o concelho de Aveiro tinha um valor bastante residual (3,2% dos inquiridos são daí naturais). Assim, do mesmo modo que no caso dos estudantes de licenciatura, constata-se que os indivíduos tendem a escolher frequentar pós-graduações em instituições de ensino próximas da sua zona de residência.

DIVERSIFICAÇÃO DOS PÚBLICOS DO E.S. EM PORTUGAL: O CASO DOS ADULTOS

A expansão do ensino superior também pode ser analisada a partir do alargamento do acesso a públicos não tradicionais, como os adultos. No âmbito do desenvolvimento das políticas do ensino superior em Portugal, e em paralelo com os desenvolvimentos sentidos noutros sistemas educativos em diversos países, a implementação de estratégias que visam o acesso destes públicos tem sido um dos aspectos privilegiados no quadro das agendas educativas.

Apesar deste tema ser central nas agendas políticas actuais, consta-se ainda a inexistência de estudos e trabalhos de investigação sobre as problemáticas dos adultos no ensino superior, o que poderá ser interpretado como um resultado das abordagens educativas dominantes¹² que perspectivam a educação/formação de adultos principalmente enquanto formação profissional, educação de segunda oportunidade ou educação recorrente. Desta forma, as questões específicas relativas ao acesso e sucesso educativos dos adultos no ensino superior encontram-se ainda pouco exploradas e aprofundadas em termos investigativos.

Relativamente ao acesso dos adultos ao ensino superior no contexto europeu, e a título exemplificativo, podemos salientar, de acordo com Griffiths e Kaldi (2007), que os níveis de entrada no ensino superior no Reino Unido aumentaram 33% desde 1996, tendo este aumento sido acompanhado de uma diversificação crescente dos públicos estudantis; nesta diversificação incluem-se os adultos (“mature students”), que representavam cerca de 52% dos estudantes em 2005 (HESA 2005).

Não existindo dados quantitativos que nos permitam realizar uma análise desta natureza quanto à participação dos adultos no ensino superior em Portugal, podemos no entanto constatar, na sequência de estudos anteriores (Pires, 2007-a) que o alargamento do acesso deste público foi recentemente potenciado com a aprovação de legislação que regulamenta as provas para a avaliação da “capacidade para a frequência” de um curso de licenciatura num estabelecimento de ensino superior para adultos maiores de 23 anos (Decreto-Lei 41/2006). As provas têm como finalidade avaliar a capacidade para a frequência dos cursos superiores, através da avaliação dos conhecimentos (em matérias consideradas indispensáveis ao curso) e das competências consideradas indispensáveis ao ingresso e progressão no curso, através da apreciação do currículo escolar e profissional do candidato e da avaliação das suas motivações (geralmente através da análise de uma carta ou da realização de entrevista).

Na sequência de trabalhos anteriores sobre a problemática dos adultos no ensino superior (Pires 2007-a) e no âmbito da primeira etapa de uma investigação em curso, realizámos uma análise que procura caracterizar, numa perspectiva sociográfica, os candidatos adultos que concorreram ao ensino superior através

¹² Segundo Grummel (2007), a visão da educação de adultos numa perspectiva funcionalista – enfoque no re-acesso ao sistema educativo ou de formação profissional com vista à aquisição de qualificações e competências para suportar o desenvolvimento económico – tem sido um aspecto fortemente valorizado nos discursos da Aprendizagem ao Longo da Vida.

deste regime especial de acesso. Os dados que seguidamente se apresentam dizem respeito à primeira fase de um estudo de caso¹³, realizado numa instituição pertencente à rede pública do ensino superior politécnico (Pires, 2007-b).

O universo do estudo é composto por 90 adultos, que concorreram ao concurso especial de acesso “Maiores de 23 anos” no ano lectivo de 2006/07.

No que diz respeito ao género, 33.33% são homens e 66.67% mulheres, confirmando a tendência observada em anos recentes neste país relativa ao aumento significativo da população feminina na procura do ensino superior. Após o processo de selecção e matrícula – neste ano lectivo encontravam-se disponíveis 39 vagas para este público-alvo – verifica-se que 24 das vagas existentes foram preenchidas por indivíduos do sexo feminino (61.54%) e 15 por indivíduos do sexo masculino (38.46%). A entrada dos adultos no ensino superior traduz-se num reforço da presença feminina no conjunto da população estudantil neste nível de ensino.

No que diz respeito ao ingresso nos cursos oferecidos pela instituição, a análise por género indica que apenas mulheres ingressam nos cursos na áreas da educação (formação de professores), artes (património artístico e promoção) e línguas (tradução e interpretação de língua gestual portuguesa). Os cursos de comunicação social e animação sócio-cultural revelam uma forte predominância feminina (83.33%) enquanto que no desporto ingressam quase exclusivamente homens (99.99%).

Desta forma podemos afirmar a existência de uma marcada diferenciação de género dentro das áreas/cursos da instituição.

Relativamente à idade, verifica-se que os adultos jovens se encontram fortemente representados, na medida em que 36.67% dos candidatos pertencem à faixa etária entre 24 e 30 anos e que 35.56% pertencem à faixa entre 31 e 37 anos de idade, sendo seguidos pelos adultos com idades compreendidas entre 38 e 44 anos, com 17.78%. Neste universo apenas foi identificado um candidato com idade superior a 45 anos.

No sub-grupo dos candidatos admitidos, igualmente se verifica que os mais representados são os jovens adultos pertencentes à faixa etária 24 / 30 anos de idade (38.46%), seguidos pelo grupo dos adultos da faixa etária 31/37 anos (28.21%) e pelos adultos 38 /44 anos (17.95%). Estes dados parecem evidenciar que a idade é um factor relevante no acesso: quanto mais jovens são, mais concorrem ao ensino superior; da mesma forma, quanto mais jovens são, maior é o número de indivíduos admitidos no ensino superior.

Relativamente à variável regional, constata-se que tem um peso determinante no acesso ao ensino superior: os indivíduos que concorrem (90%) e os que acedem

¹³ Estes elementos serão posteriormente aprofundados através da análise dos resultados de um inquérito por questionário ao qual responderam aos adultos que acederam através deste concurso especial de acesso e que se encontram presentemente a frequentar o segundo ano de estudos nesta instituição.

(74.62%) são maioritariamente provenientes da região onde a instituição de ensino superior se encontra implantada.

No que diz respeito às qualificações prévias, a maioria dos sujeitos que concorre estudou para além do ensino básico (53.21%): destes, 32.22% terminou o ensino secundário (12º ano), 15.55% completou o 11º ano e 4.44% o 10º ano de escolaridade. Também podemos observar que 17.77% dos indivíduos que concorreram possui o ensino obrigatório completo (9º ano de escolaridade ou equivalente) e que apenas uma pequena percentagem não possui este diploma (3.33%). Entre os adultos admitidos, o grupo mais significativo é o dos que possuem o ensino secundário completo (43.59%), seguido dos que possuem o ensino obrigatório completo (17.95%). A análise destes dados aponta para o facto de que uma significativa percentagem de indivíduos concorre e acede ao ensino superior com o nível de qualificação exigido pelo regime normal de acesso (12º ano), evidenciando assim que são os sujeitos que possuem qualificações mais elevadas os que mais concorrem e os que mais acedem ao ensino superior por esta via.

Relativamente ao tempo que medeia o concurso e o último ano de estudos, verifica-se que 45.56% dos candidatos encontrava-se a estudar nos 5 anos precedentes, enquanto que os que estudaram pela última vez no período entre 7 e 11 anos representam 26.67%, e os que estudaram entre 12 e 16 anos é de 13.33%. Apenas 4.44% dos candidatos não estuda há mais de 20 anos.

No grupo dos adultos admitidos, 41.03% encontrava-se a estudar nos últimos 5 anos, enquanto que 28.21% estudou pela última vez entre 7 e 11 anos, e 12.82% fê-lo entre 12 e 16 anos. Estes elementos parecem evidenciar que são os indivíduos que estiveram no sistema educativo até há menos tempo (períodos de proximidade temporal mais curtos) aqueles que mais concorrem e acedem ao ensino superior, pois a percentagem aumenta com a diminuição do intervalo de tempo que medeia o último ano de estudos e o concurso de acesso.

Estes dados levam-nos a questionar até que ponto a criação deste novo regime de acesso – que tem como finalidade o alargamento da entrada no ensino superior aos adultos – se constitui de facto como uma nova oportunidade de acesso para todos, na medida em que parecem ser os mais novos e os mais qualificados deste público os que mais concorrem e acedem por esta via.

CONCLUSÕES

As análises realizadas neste texto não pretendem, de modo algum, originar resultados generalizáveis e sólidos a todas as instituições de ensino superior e aos públicos que as frequentam, uma vez que se reuniram um conjunto de resultados de pesquisas diversas e parcelares (no que respeita a instituições, cursos e áreas disciplinares). No entanto, consideramos que a estratégia seguida permitiu equacionar algumas hipóteses a explorar futuramente e, sobretudo, evidenciar a importância de uma linha de pesquisa e reflexão educativa que, em nosso entender, importa considerar.

Com efeito, nas sociedades modernas a enorme centralidade da escola e a aposta na sua expansão traduziram-se, em muitos casos, no exacerbar das expectativas relativamente à sua capacidade para evitar e solucionar problemas e situações, designadamente, as questões das desigualdade sociais no acesso ao conhecimentos e às credenciais escolares. Para alguns tal ideia corresponde à aceitação da “bondade intrínseca da escolaridade obrigatória (o que) constitui um pressuposto ideológico que tem limitado a percepção das funções da escola e dos bloqueios que a afectam” (Sebastião, 1998, p. 314).

No actual contexto, em nosso entender, os discursos políticos e quotidianos em torno da Aprendizagem ao Longo da Vida tendem também a considerá-la, frequentemente, como uma forma de superar as dificuldades existentes nos sistemas educativos e formativos e nas sociedades. A ideia de Aprendizagem ao Longo da Vida parece emergir como uma *ideologia* a que se atribui igualmente uma *bondade intrínseca* e na qual se depositam enormes expectativas, designadamente no que respeita à superação das desigualdades sociais no acesso ao conhecimento que se torna particularmente central nas sociedades contemporâneas.

Diversos autores (Canário, 2000, Lima, 2003) têm contribuído para a reflexão crítica sobre o discurso da Aprendizagem ao Longo da Vida tal como esta tem sido entendida e desenvolvida no quadro dos discursos e práticas políticas dos Estados e dos Organismos Internacionais e Supra-nacionais. Neste âmbito de construção de uma visão crítica sobre as dinâmicas emergentes de Aprendizagem ao Longo da Vida pretendeu-se nesta comunicação questionar até que ponto alguns segmentos de públicos em crescimento no ensino superior (ao nível de pós-graduados e do acesso de adultos) constituem efectivamente “novos públicos” que usufruem de “novas oportunidades” no ensino superior na sequência de medidas políticas que visam elevar as qualificações académicas multiplicando as ofertas formativas para diversos públicos.

De modo sucinto consideramos que os elementos empíricos reunidos neste artigo apontam para a existência de tendências de desigualdades sociais que se mantêm com o acesso destes novos segmentos de públicos. No que respeita ao género é notório que as mulheres estão mais presentes no ensino superior, tanto ao nível das pós-graduações como nos públicos adultos, como já acontecia ao nível das formações iniciais de jovens. São também em maior número as mulheres que, após a conclusão de formações pós-graduadas, manifestam interesse em continuar a aprender.

Em termos da idade observou-se que são muito jovens aqueles que concorrem e acedem como adultos (mais de dois terços entre os 24 e 37 anos) e relativamente jovens, mesmo assim, os que realizam pós-graduações (em média com 41 anos). No caso dos públicos de formações pós-graduadas predominam as origens sociais mais favorecidas.

È ainda notório que aqueles que acedem ao ensino superior pelas novas vias destinadas a adultos são, principalmente, aqueles que possuem nível de educação mais elevado e que estiveram menos tempo afastados do sistema educativo.

No que respeita às origens regionais sublinha-se que a procura de uma determinada instituição de ensino superior, em qualquer um dos estudos considerados, é maioritariamente de indivíduos que residem nas zonas territoriais que a envolvem.

Assim, parece possível colocar como hipótese que a expansão do ensino superior – em termos quantitativos, em termos de diversificação da oferta, e de diversificação de públicos-alvo – não se tem traduzido, significativamente, na redução das desigualdades existentes no acesso (e no sucesso) a este nível de ensino. Aparentemente, são aqueles que mais próximos se encontram do ensino superior (em termos de idades, níveis de escolaridade anteriores, localidade de residência) que mais se envolvem nestas novas oportunidades de acesso que se vêm multiplicando no ensino superior.

Estes elementos permitem contribuir para o debate em torno da Aprendizagem ao Longo da Vida – particularmente no quadro do ensino superior em Portugal – e da promoção do acesso e do sucesso de públicos diversificados, pois a elevação dos níveis de escolaridade médios e o prolongamento das trajectórias de aprendizagem e de formação parecem reproduzir as desigualdades existentes no sistema educativo, na medida em que não se traduzem de forma significativa na criação de novas oportunidades de aprendizagem.

Estudos comparativos realizados a nível internacional levantam igualmente a questão da igualdade de acesso ao ensino superior, pois muitas das evidências encontradas apontam para a disparidade social ao nível do acesso e indicam que a limitada democratização tem sido acompanhada por elevados níveis de selectividade social (nomeadamente por instituição, sector e domínio de estudos). Consideramos que estes aspectos reforçam a necessidade de desenvolvimento de investigação comparativa com enfoque nas características sociais dos estudantes do ensino superior (Clancy e Goastellec, 2007).

REFERÊNCIAS:

- Almeida, A., Vieira, M. (2006) “Percurso Escolares dos Estudantes na Universidade de Lisboa – Relatório do Estudo nº 2 - À entrada: Um retrato sociográfico dos estudantes inscritos no 1º ano”, edição Reitoria da Universidade de Lisboa.
- Alves, M. (2007-a) “A inserção profissional de diplomados de ensino superior numa perspectiva educativa: o caso da Faculdade de Ciências e Tecnologia”. Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e Tecnologia / MCTES, Lisboa
- Alves, M. (2007-b) “As transições entre ensino superior e emprego numa perspectiva de género”, Comunicação apresentada no XIV Colóquio da Afirse, F.P.C.E. – U.L, Fevereiro 2007, Lisboa
- Alves, M. (2004) “Os diplomados de ensino superior: diferenciação sexual nos processos de inserção profissional” *in* Revista Sociologia, nº 14(2004) Univ. Porto, Porto, pp. 227-251.
- Balsa, C., Simões, J.A, Nunes, P., Carmo, R., Campos, R. (2001), Perfil dos Estudantes do Ensino Superior - Desigualdades e Diferenciação, Edições Colibri, Lisboa
- Estanque, E., Nunes, J. (2003) “Dilemas e desafios da Universidade: recomposição social e expectativas dos estudantes na Universidade de Coimbra” *in* Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 66, Outubro 2003, Coimbra, pp. 5-44.

2. Políticas Educativas

- Canário, R.(2000) “A ‘aprendizagem ao longo da vida’. Análise crítica de um conceito e de uma política”. *In Psicologia da Educação*. S.Paulo:PUC, 10/11,pp.29-52
- Beck, Ulrich (1992, 1ª edição – 1986) *Risk Society: towards a new modernity*, London, Sage Publications
- Beck, Ulrich, Giddens, Anthony, Lash, Scott (2000, 1ª edição - 1994) *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética no mundo moderno*, Oeiras, Celta Editores
- Clancy, P. e Goastellec, G. (2007) “Exploring access and equity in Higher Education: policy and performance in a comparative perspective”, in *Higher Education Quarterly*, vol.61, number 2SRHE, Blackwell Publishing, U.K., pp 136-154
- Derouet, J.L. (1998), “Éducation et Sociétés - Présentation” in *Éducation et Sociétés* (Revue Internationale de Sociologie de l'Éducation), n°1/1998/1, Bruxelas, pp.5-13
- Griffiths, V. and Kaldi, S. (2007) “Widening Participation in Higher Education: Mature Student Teacher Experiences in Greece and England”, paper is presented at the Annual Conference of the Society for Research into Higher Education (SRHE), December 2007, Brighton, UK
- Grummel, B. (2007) ”The ‘second chance’ myth: equality of opportunity in Irish Adult Education policies”, in *British Journal of Educational Studies*, vol.55, n° 2 June 2007, Blackwell Publishing, U.K.
- Machado, F., Costa, A. Mauritti, R., Martins, S., Casanova, J.L., Almeida, J.F. (2003) “Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações” in *Revista Crítica de Ciências Sociais* n° 66, Outubro 2003, Coimbra, 45-80
- Lima, L. (2003) *Formação e Aprendizagem ao longo da vida: entre a mão direita e a mão esquerda de Miró*. In *Cruzamento de Saberes e Aprendizagens sustentáveis*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa
- Mauritti, R. (2003) “Caracterização e origens sociais” in Almeida, J.F., Ávila, P., Casanova, J.L., Costa, A., Machado, F., Martins, S., e Mauritti, R., *Diversidade na Universidade – Um Inquérito aos Estudantes de Licenciatura*, Celta Editora, Oeiras.
- Pires, A. (2005) *Educação / Formação ao Longo da Vida: uma análise crítica dos sistemas e dispositivos de reconhecimento e validação de aprendizagens e de competências*. Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e Tecnologia / MCTES, Lisboa
- Pires, A. (2007-a) “Formação de Adultos e Ensino Superior. Dinâmicas de Aprendizagem ao Longo da Vida”, Comunicação apresentada no XIV Colóquio da Afirse, F.P.C.E. – U.L, Fevereiro 2007, Lisboa
- Pires, A. (2007-b) “Higher Education and mature students. A case study on students learning and organizational experiences”, paper is presented at the Annual Conference of the Society for Research into Higher Education (SRHE), December 2007, Brighton, UK
- Sebastião, J. (1998) “Os dilemas da escolaridade” in Viegas, J., Costa. A., org., *Portugal: que modernidade?*, Celta Editora, Oeiras
- Trottier, C. (2000), “Questionnement sur l’insertion professionnelle des jeunes” in *Lien Social et Politiques*, 43, Printemps 2000, Quebec, pp. 93-101.
- Vieira, M., “Recém-chegados à universidade: entre constrangimentos sociais e projectos individuais” in Vieira, M.org., (2007) *Escola, Jovens e Media*, Edição Imprensa Ciências Sociais, Lisboa